

externo. Em 2016, as vendas para o mercado externo representaram o percentual de 47 % de CPO. No mercado interno, mensuramos o percentual de 53 % do volume total de vendas de CPO.

18. Custos dos produtos vendidos

	2016	2015
Gastos com pessoal	95.150	97.653
Gastos com utilidades e serviços	53.524	49.848
Gastos com materiais de consumo	48.814	56.991
Matéria-prima, terceiros e insumos	26.890	29.536
Depreciação	55.688	40.873
Parada de fábrica	4.932	-
Total	284.998	274.901

19. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Despesas com pessoal	11.680	13.657
Despesas com consultoria e assessoria	1.803	2.252
Despesas com materiais de consumo	335	342
Despesas com aluguel	100	193
Impostos e taxas	569	533
Depreciação	2.671	2.991
Segurança patrimonial	82	45
Transportes	78	127
Despesa de viagens	220	130
Despesas com alimentação	67	553
Outras despesas	4.957	9.091
Total	22.562	29.914

20. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Varição cambial	388.618	125.039
Renda de aplicação financeira	2.672	2.223
Descontos obtidos	352	572
Juros recebidos	470	408
Varição monetária ativa	-	537
Receita de juros de créditos a receber	-	7.684
Total	392.112	136.463
Despesas financeiras		
Despesas com juros	(37.806)	(33.208)
Varição cambial	(197.982)	(606.373)
Despesas bancárias e outros	(8.873)	(2.724)
Total	244.661	(642.305)
Resultado financeiro líquido	147.451	505.842

21. Aspectos ambientais: As instalações da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

22. Eventos subsequentes: Foram aportados no capital da Companhia os montantes de R\$ 20.514 conforme Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária datada de 13 de janeiro de 2017 e o montante de R\$ 74.467, conforme Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 14 de março de 2017.

Presidente do Conselho de Administração:

Ricardo Batista Mendes

Diretor Presidente: Marcio Luiz Maia

Contadora: Andréa Amoras da Rocha Fraga

CRC/PA 12.515/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio. Belém - Pará - Brasil. Examinamos as demonstrações financeiras da Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio. Belém - Pará - Brasil. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as

demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está em fase inicial de suas operações e ainda requer que suas atividades sejam suportadas financeiramente pelos seus acionistas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito na conclusão e início de funcionamento das duas etapas restantes do parque fabril, bem como os reflexos a serem propiciados pelo aumento da capacidade fabril da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 13 de abril de 2017.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Protocolo: 171453

